

Apresentação

A universalização do acesso e cobertura no ensino fundamental, de um lado, e os resultados de desempenho revelados pelas avaliações periódicas – Saeb, Prova Brasil – aliados aos altos níveis de repetência e abandono, de outro, têm colocado na agenda dos formuladores de política, estudiosos e especialistas em educação a necessidade imperiosa de adoção de políticas e ações que levem à permanência dos alunos na escola e a uma educação de melhor qualidade.

A qualidade da educação é um fenômeno complexo envolvendo fatores e dimensões extra-escolares e intra-escolares como têm mostrado estudos sobre a questão, estando essas últimas associadas à infra-estrutura e ao processo de organização do trabalho escolar – condições de trabalho, gestão da escola, currículo, formação docente –, assim como à análise de sistemas e unidades escolares a partir dos resultados obtidos nas avaliações externas.

As dimensões extra-escolares dizem respeito às determinações e às possibilidades de superação das condições de vida das camadas sociais menos favorecidas e assistidas. Estudos e pesquisas têm mostrado que elas afetam profundamente os processos educativos e os resultados de aprendizagem, refletidos em problemas como fracasso escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos, a auto-estima dos alunos, entre outros. Isso porque é grande o peso de variáveis como capital econômico, social e cultural das famílias e dos alunos na aprendizagem e trajetória escolar e profissional dos estudantes.

O mais complicado é que tais determinantes socioeconômico-culturais tendem a ser naturalizados, levando à crença de que os alunos menos favorecidos são fadados inexoravelmente ao fracasso ou a uma capacidade de sucesso muito baixa, salvo poucas e excepcionais exceções. Essa crença tende a ser reforçada na escola – antecipando a exclusão dos já excluídos pela etnia, raça, classe social, capital econômico, social e cultural e contribuindo na expectativa de aprendizagem – não só pelos profissionais da escola, mas também pelos pais, alunos e comunidade, que aceitam como *normal* um padrão de aprendizagem inferior. A escola acaba por reproduzir as condições socioeconômico-sociais do entorno em que se localiza, que pode ser traduzido em comunidade em situação de desvantagem, escola com baixo padrão de qualidade.

Romper tal círculo vicioso exige o reconhecimento de que a oferta de educação por tal tipo de escola seja aquela capaz de promover uma atualização histórico-cultural, via uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social. Portanto, além de políticas públicas e projetos escolares e extra-escolares que possibilitem enfrentar os déficits inerentes ao cotidiano das populações menos favorecidas, é urgente introjetar em toda a comunidade escolar (no sentido abrangente que inclui também pais e alunos) uma visão da educação como direito e bem social, capaz de contribuir para promover a emancipação dessas populações.

Em termos da escola ela se materializa por meio de projeto pedagógico que contemple a identificação de conteúdos e conceitos relevantes no processo ensino-aprendizagem, a avaliação que subsidie a correção de problemas que afetam a aprendizagem efetiva, a utilização adequada dos recursos pedagógicos e uma concepção ampliada de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia. E, sobretudo, além do financiamento adequado para a educação, na valorização da força de trabalho docente e

em sua qualificação que, além da capacitação e atualização técnica, contribua para substituir a crença na “sina dos desfavorecidos” pela convicção de que é necessário acolher e confiar na capacidade de aprendizagem e desenvolvimento de alunos menos favorecidos econômica e socialmente, ajudando-os a superar os obstáculos que têm condicionado os resultados escolares e comprometido seu futuro.

Nesse sentido, é digno de nota o fato de essa edição da RBEP trazer vários estudos abordando diferentes aspectos relacionados com a qualidade da educação e as múltiplas formas de ofertá-la.

Eulália H. Maimoni e Ormezinda Maria Ribeiro abordam em “Família e escola: uma parceria necessária para o processo de letramento” questões que envolvem as práticas de leitura e escrita na escola e a interferência da família nesse processo, considerando as concepções de letramento que subjazem a essa prática e como a família tem contribuído para a mudança ou para a cristalização das práticas escolares de leitura e escrita que emergem dessas diferentes concepções. Com base em pesquisas realizadas na Universidade de Uberaba, são apresentadas as implicações da participação de pais para a proficiência em leitura e escrita de alunos de ensino fundamental.

“Movimentos sociais do campo e a afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense” é o tema do artigo em que Salomão Mufarrej Hage analisa a realidade das escolas multisseriadas na Amazônia paraense, inserindo suas particularidades nos desafios mais abrangentes enfrentados pelos movimentos sociais populares para afirmar o direito à educação e à vida com dignidade das populações do campo. Ele socializa os resultados de uma pesquisa que envolveu estudo bibliográfico e documental e entrevistas com estudantes, professores, gestores, pais e lideranças comunitárias, com o objetivo de motivar uma discussão consequente com o poder público e a sociedade civil que resulte num compromisso efetivo por parte desses órgãos e instituições de incluir em sua agenda política o enfrentamento do abandono e da precarização que caracteriza o processo de escolarização no ensino fundamental ofertado nas escolas multisseriadas.

Gerrá Leite Correia de Araújo e Candido Alberto Gomes analisam, em “Cooperativismo: alternativa viável para a gestão escolar? Um estudo de caso”, os resultados de pesquisa na Cooperativa de Ensino da Cidade de Goiás e no Colégio Alternativo, na cidade de Goiás, fundados como resposta à insatisfação de um grupo de pais de camadas sociais médias tanto com a escola pública quanto com a particular. Os resultados mostram um modelo no qual todos os atores participam da gestão. Do ponto de vista pedagógico, alcança eficazmente a apropriação de conteúdos pelos seus alunos para concursos públicos e o acesso à educação superior, conforme as aspirações dos pais. As despesas revelam que a remuneração docente é a mais alta da comunidade, porém a contribuição financeira das famílias é menor que a mensalidade da escola privada.

Em “A metáfora *guerra* na comunicação das idéias de HIV/Aids em livros didáticos”, Marta Bellini e Priscila Carozza Frasson apresentam o exame das figuras de retórica destacando as metáforas presentes em nove livros didáticos e uma apostila de ciências de ensino médio. A seleção dos livros e do tema – HIV/Aids – foi feita a partir de uma entrevista com roteiro com trinta alunos do ensino médio de uma escola pública de Bandeirantes, Paraná. Estes alunos indicaram o tema HIV/Aids como um dos assuntos que queriam conhecer mais. Para a análise das figuras de retórica dos textos didáticos, as autoras fundamentaram-se nos estudos de Lakoff e Johnson (2002), Breton (2003) e Reboul (2004). Entre as figuras examinadas destacou-se a metáfora *guerra* como condutora do modelo conceitual sobre o HIV/Aids. Esta metáfora, para as autoras, é imprópria para uma educação preventiva, pois subjuga os leitores/alunos e professores ao medo e à coerção.

Em “Construção e reconstrução multicultural de identidades docentes: pensando na formação continuada de coordenadores pedagógicos”, as autoras, Ana Canen e

Angela Rocha dos Santos, discutem uma pesquisa-ação sobre formação continuada de coordenadores pedagógicos do Estado do Rio de Janeiro em 2005, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Ela focaliza as formas pelas quais a construção e reconstrução identitária dos sujeitos envolvidos foi buscada na proposta e nos materiais elaborados e apresenta as construções discursivas sobre temas didático-pedagógico-curriculares trabalhados na perspectiva multicultural, no âmbito dos módulos produzidos para o curso, visando contribuir para reflexões sobre possíveis traduções do multiculturalismo para propostas didáticas e curriculares concretas em ações de formação inicial e continuada de docentes.

O resultado de outra pesquisa, desta vez sobre “O aluno da escola pública: o que dizem as professoras”, é apresentado por Alda Judith Mazzotti. A pesquisa investigou as representações de “aluno da escola pública” construídas por professores da rede pública de ensino fundamental do Rio de Janeiro. Utilizando a abordagem estrutural de Abric, concluiu-se que o núcleo da representação é constituído pelos elementos *pobre e aprende a “se virar” sozinho*. Cotejando-se estes resultados com os obtidos nas etapas anteriores da pesquisa, observa-se que, para os professores, o aluno tem que aprender a “se virar” sozinho porque é pobre e a pobreza implicaria desagregação familiar e luta pela sobrevivência, impedindo os pais de oferecerem aos filhos a atenção de que necessitam. Dadas todas estas características, esse aluno representaria um desafio para os professores, desafio este que eles se sentem impotentes para enfrentar.

Cecília Maria Siqueira Silva, em “A dimensão estética e democrática da experiência: uma contribuição da filosofia deweyana para novas propostas educacionais”, argumenta que a continuidade entre experiência e conhecimento, ação e reflexão, indivíduo e sociedade são os fundamentos da concepção de educação na filosofia deweyana, que trazem sentido para o questionamento da prática pedagógica e suas relações com a arte. Analisar a educação como reconstrução contínua da experiência e pensar nos pressupostos do hábito inteligente e cooperativo de julgamento, segundo a autora, permite melhor compreensão da função democratizante que a perspectiva deweyana traz às propostas educativas.

A partir da constatação de que os estudos sobre o desenvolvimento humano na idade adulta e o envelhecimento têm instigado o interesse de teóricos do assunto, em virtude do aumento do tempo de vida da população, Denise Maria dos Santos Paulinelli Raposo traz o artigo “A qualidade de vida de estudantes que ingressam na universidade na meia-idade”. Constatando que, entre os anos de 1996 e 2003, houve um crescimento do número de pessoas que ingressaram na universidade na meia-idade, procura discutir a qualidade de vida de estudantes que ingressam na universidade após os 45 anos de idade, revisitando estudos de Baltes (1970, 1977, 1990, 1995, 1997, 1999) e Neri (1985, 1991, 1993, 1995, 2002). Os resultados revelam que os respondentes antes de ingressarem no ensino superior vivenciaram um período de estabilidade e que, após selecionarem suas metas e otimizarem suas capacidades de reserva, apresentaram melhorias na qualidade de vida. Conclui-se, com base nos argumentos relatados pelos estudantes, que o desenvolvimento deve ser visto sob vários prismas – biológicos, psicológicos, sociais – e num processo de interação.

Maévi Anabel Nono e Maria da Graça Nicoletti Mizukami analisam os “Processos de formação de professoras iniciantes” na educação infantil e no ensino fundamental, mediante o estudo dos relatos dessas profissionais sobre sua trajetória, nos quais elas descrevem os problemas enfrentados nos primeiros anos de docência e o modo como os conteúdos foram ensinados.

Em “Profissionalização dos professores universitários: raízes históricas, problemas atuais”, Renata Aparecida Belei, Sandra Regina Gimenez-Paschoal, Edinalva Neves Nascimento e Ana Clara Bortoleto Nery analisam os elementos do processo histórico de profissionalização do ensino superior no Brasil, relacionando-os aos problemas atuais

dos processos de ensino-aprendizagem. Os resultados apontaram a origem das falhas desses processos como decorrentes da forma pela qual se estrutura o ensino superior no Brasil, o que sugere reflexões sobre mudanças no método de seleção de professores, equilíbrio entre formação didática e pedagógica e formação específica, formas de ingresso e de atuação docente e incentivo à formação continuada.

Boa leitura!

Orosinda Maria Taranto Goulart
Diretora de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais
e membro do Comitê Editorial da RBEP